



**Lei n.º 1.057, de 30 de abril de 2025.**

*Autoriza aumento de quantitativo em cargos que identifica, na Lei n.º 809, de 11 de outubro de 2022, que “Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento de Analista Ambiental e o de Fiscal do Meio Ambiente do Município de Formosa e dá outras providências”, na forma que especifica.*

**Projeto de Lei Ordinária n.º 23/25**, de autoria do Poder Executivo, aprovado em 10 de abril de 2025.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE FORMOSA**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e Lei Municipal nº. 01/90, de 05 de abril de 1.990 – Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Formosa, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam criadas dentro do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento de Analista Ambiental e o de Fiscal de Meio Ambiente do Município de Formosa (Lei n.º 809/2022) mais 02 (duas) vagas para o cargo de **Analista Ambiental – Biólogo**, e mais 02 (duas) vagas para o cargo de **Fiscal do Meio Ambiente**, visando atender a demanda de análise e liberação de licenças ambientais e da fiscalização ambiental, no Município de Formosa, passando o QUADRO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO contido no ANEXO I a vigorar com o seguinte quantitativo:

Denominação do Cargo	Quantitativo
<b>Analista Ambiental – Engenheiro Agrônomo</b>	<b>2</b>
<b>Analista Ambiental – Engenheiro Ambiental</b>	<b>1</b>
<b>Analista Ambiental – Biólogo</b>	<b>3</b>
<b>Fiscal do Meio Ambiente</b>	<b>6</b>

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária: 04.122.0128.2.383.3.1.90.11 – Fundo Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Formosa, Gabinete da Prefeita, em 30 de abril de 2025.

**SIMONE DIAS RIBEIRO DE MELO**  
**Prefeita Municipal**

Afixado no "placard" de publicidade.  
E encadernado em livro próprio.  
Data supra

Iany Macedo Troncha  
Assessora I – Assessoria em Atos Oficiais  
Subprocuradoria Geral Consultiva  
Decreto n.º 1.711, de 28 de abril de 2025.